

# **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO DE INFÂNCIA: UMA TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

**Cláudia Terra do Nascimento**

Psicopedagoga, Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [claudia@claudia.psc.br](mailto:claudia@claudia.psc.br)

**Vantoir Roberto Brancher**

Pedagogo, Mestre em Educação e Professor Substituto da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [vantobr@yahoo.com.br](mailto:vantobr@yahoo.com.br)

**Valeska Fortes de Oliveira**

Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [guiza@terra.com.br](mailto:guiza@terra.com.br)

**RESUMO:** Este artigo pretende trazer algumas considerações sobre a infância voltada para questões históricas e sociológicas, centrando tal reflexão para uma possível sociologia da e para a infância. Procura mostrar a origem do conceito de infância, enquanto construção social. Para tanto, no primeiro e segundo tópicos, as autoras trazem um breve resgate da história da infância e sua origem até a modernidade. No terceiro tópico, acendem reflexões acerca da infância já na contemporaneidade. E, por fim, no quarto tópico trazem à tona o surgimento de uma possível sociologia da infância, levando-se em consideração o próprio histórico da construção da infância.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infância. História da Infância. Sociologia da Infância. Construção Social.

## **SOCIAL CONSTRUCTION OF THE CHILDHOOD CONCEPT: AN ATTEMPT FOR HISTORIOGRAPHY RECONSTRUCTION**

**ABSTRACT:** This article intends to come up with some considerations about childhood, geared to historical and sociological issues and focusing such reflection on a possible childhood sociology. It seeks to show the origin of the childhood concept as a social construction. For such purpose, in the first and second topics, the authors show a brief background on childhood history and its origin up to modernity. In the third topic they make reflections concerning childhood in contemporary time. Finally, in the fourth topic, they bring up the appearance of a possible childhood sociology, taking into account their own history of childhood construction.

**KEYWORDS:** Childhood. Childhood History. Childhood Sociology. Social Construction.

### **1 A ORIGEM DO CONCEITO DE INFÂNCIA: INTRODUZINDO...**

De certo modo, demorou a que as Ciências Sociais e Humanas focassem a criança e a infância como objetos centrais de suas pesquisas. Demorou mais tempo ainda para que as

pesquisas considerassem em suas análises as relações entre sociedade, infância e escola, entendendo a criança como sujeito histórico e de direitos, tendo como eixo de suas investigações o registro das "falas" das crianças. A busca pela interpretação das representações infantis de mundo é objeto de estudo relativamente novo, que vem objetivando entender o complexo e multifacetado processo de construção social da infância e o papel que a escola vem desempenhando diante desta invenção da modernidade. Nesta direção, como afirmado anteriormente, os estudos são raros, ainda mais no Brasil (Corsaro, 2003).

A análise da produção existente sobre a história da infância permite afirmar que a preocupação com a criança encontra-se presente somente a partir do século XIX, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. No entanto, mesmo a infância constituindo-se em um problema social desde o século XIX, ainda não foi suficiente para torná-la um problema de investigação científica. Estudos apontam que até o início da década de sessenta a história da infância e a história da educação pareciam ser dois campos distintos e inconciliáveis de pesquisa (Ariès, 1973).

Com a publicação, na França em 1960 e nos Estados Unidos em 1962 do livro de Ariès (1973) sobre a '*História social da infância e da família*', e na década seguinte, em 1974, acrescida da publicação do texto de De Mause (1991) sobre '*A evolução da infância*', os historiadores da educação, principalmente os norte-americanos, encontravam-se no processo de reconstruir a definição precisa de seu campo.

No entanto, até este período, poucos historiadores haviam manifestado algum interesse pelo tema da infância ou o tinham colocado como objetivo de suas pesquisas. Somente uns poucos tentaram conhecer melhor a história da infância. Mas, para Ariès (1973) e De Mause (1991), a história da infância e as questões da aprendizagem humana já estavam relacionadas conceitual e socialmente. Ambos os autores supracitados enfatizaram a simultaneidade no tempo do descobrimento ou reconhecimento da infância moderna e da aparição de instituições protetoras para cuidar e formar a geração mais jovem.

A falta de uma história da infância e seu registro historiográfico tardio são um indício da incapacidade por parte do adulto de ver a criança em sua perspectiva histórica. Somente nos últimos anos o campo historiográfico rompeu com as rígidas regras da investigação tradicional, institucional e política, para abordar temas e problemas vinculados à história social (Ariès, 1973).

Narodowski (1993), após ter realizado um trabalho inédito, centrando suas análises na relação entre infância, poder e pedagogia, resultando em sua tese de doutoramento publicada sob o título '*Infancia e poder: la conformación de la pedagogía moderna*', identifica um

núcleo de consenso entre os historiadores acerca da definição de infância. Para o referido autor, a infância é um fenômeno histórico e não meramente natural, e as características da mesma no ocidente moderno podem ser esquematicamente delineadas a partir da heteronomia, da dependência e da obediência ao adulto em troca de proteção. Aceitando-se a tese de Ariès (1973), é preciso aceitar que a infância, tal qual é entendida hoje, resulta inexistente antes do século XVI.

A vida era relativamente igual para todas as idades, ou seja, não havia muitos estágios e os que existiam não eram tão claramente demarcados. Por exemplo, as crianças tinham muito menos poder do que atualmente têm em relação aos adultos. Provavelmente ficavam mais expostas à violência dos mais velhos (Ariès, 1973). Tinham um déficit de poder sobre seus corpos. Inversamente, algumas pouquíssimas crianças podiam ter um poder imenso, como Luiz XVI, rei da França, a ponto de ser tratado como adulto por seus criados e cortesãos. Também havia o caso de pessoas que não conseguiam durante a vida toda sair da infância, como os escravos. No sul dos Estados Unidos, escravos eram tratados como meninos, "*come here, boy*", como eram conhecidos. Classificados como dependentes, eram tidos como seres inferiores, como nos conta Levin (1997).

Obviamente, isto não significa negar a existência biológica destes indivíduos. Significa, em realidade, reconhecer que antes do século XVI, a consciência social não admite a existência autônoma da infância como uma categoria diferenciada do gênero humano. Passado o estrito período de dependência física da mãe, esses indivíduos se incorporavam plenamente ao mundo dos adultos (Levin, 1997).

Utilizando uma fonte tão heterodoxa como a arte da época, Ariès (1973) demonstra a existência da infância como categoria autônoma diferenciada somente depois de um processo, que pode ser caracterizado como devolução nos sentimentos, ocorridos entre os séculos XVI e XVIII. O retrato de família predominante na arte do século XVIII, mostra estes sujeitos, antes inexistentes, formando parte do centro do mundo familiar.

A história posterior permitirá afirmar que a infância pagará um preço muito alto por esta nova centralidade social: a incapacidade plena (social e, mais tarde, também jurídica) e, no melhor dos casos, converter-se em objeto de proteção-repressão. Estas são suas características mais significativas.

Durante a Idade Média, antes da escolarização das crianças, estas e os adultos compartilhavam os mesmos lugares e situações, fossem eles domésticos, de trabalho ou de festa. Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de atividades em função da

idade dos indivíduos, não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida (Ariès, 1973).

Assim, foi durante o século XVII que se generalizou o hábito de pintar nos objetos e na mobília uma data solene para a família. Pode-se afirmar que foi na Idade Média que as “Idades da Vida” começaram a ter importância. Durante a Idade Média, então, existiam seis etapas de vida. As três primeiras, que correspondem à 1ª idade (nascimento / 7 anos), 2ª idade (7 – 14 anos) e 3ª idade (14 – 21 anos), eram etapas não valorizadas pela sociedade. Somente a partir da 4ª idade, a juventude (21 – 45 anos), as pessoas começavam a ser reconhecidas socialmente. Ainda existiam a 5ª idade (a senectude), considerando a pessoa que não era velha, mas que já tinha passado da juventude; e a 6ª idade (a velhice), dos 60 anos em diante até a morte. Tais etapas alimentavam, desde esta época, a idéia de uma vida dividida em fases (Ariès, 1973).

## 2 O CONCEITO DE INFÂNCIA NOS SÉCULOS XIX E XX

Na Idade Moderna, Descartes (2005) dá origem a um novo tipo de pensamento, que revoluciona a história da infância. Passam a ser analisadas, com existências separadas, uma fisiologia para o corpo e uma teoria de paixões para a alma. É a alma que dá ordem ao corpo e comanda seus movimentos. Com Descartes, então, ocorreu a supervalorização de dualismos, fortalecendo a visão positivista de conceber o mundo e o próprio homem (Levin, 1997).

Em meio a este dualismo, surge no século XVII, nas classes dominantes, a primeira concepção real de infância, a partir da observação dos movimentos de dependência das crianças muito pequenas. O adulto passou, então, pouco a pouco a preocupar-se com a criança, enquanto ser dependente e fraco. Fato este, que ligou esta etapa da vida a idéia de proteção, de acordo com Levin (1997).

Só ultrapassava esta fase da vida quem saísse da dependência, ou pelo menos dos graus mais baixos de dependência, e a palavra infância passou a designar a primeira idade de vida: a idade da necessidade de proteção, que perdura até os dias de hoje. Pode-se perceber, portanto, que até o século XVII, a ciência desconhecia a infância. Isto porquê, não havia lugar para as crianças nesta sociedade. Fato caracterizado pela inexistência de uma expressão particular a elas. Foi, então, a partir das idéias de proteção, amparo, dependência, que surge a infância. As crianças, vistas apenas como seres biológicos, necessitavam de grandes cuidados e, também, de uma rígida disciplina, a fim de transformá-las em adultos socialmente aceitos (Levin, 1997).

Nesse contexto, pode-se perceber que a criança era tida como irracional e, portanto, incapaz de movimentar-se com sobriedade e com coerência no mundo. Percebe-se, então, que a primeira preocupação com a infância ligou-se à disciplina e à difusão da cultura existente, limitando todo e qualquer movimento infantil destinado ao prazer e ao aprendizado. A criança, tida como irracional, não teria meios psicológicos para realizá-los, bem como deixaria de aproveitar tal momento para aprender atitudes socialmente valorizadas, como nos aponta De Mause (1991).

Passou-se, então, a submeter o corpo da criança de várias formas, o que, na época, era considerado necessário para evitar os seus movimentos, bem como para exercer um controle efetivo sobre o pequeno ser. Assim, durante muito tempo o único caminho existente foi uma rígida disciplina infantil. Para exemplificar, utilizar-se-á um provérbio da época, que diz:

Quem não usa a vara, odeia seu filho. Com mais amor e temor castiga o pai ao filho mais querido. Assim como uma espora aguçada faz o cavalo correr, também uma vara faz a criança aprender (Levin, 1997, p. 230).

Porém, através de Rousseau (1995), considerado um dos primeiros pedagogos da História, a criança começou a ser vista de maneira diferenciada do que até então existia. Rousseau (1995) propôs uma educação infantil sem juízes, sem prisões e sem exércitos. A partir da Revolução Francesa, em 1789, modificou-se a função do Estado e, com isso, a responsabilidade para com a criança e o interesse por ela. Segundo Levin (1997), “os governos começaram a se preocupar com o bem-estar e com a educação das crianças” (p. 254).

Embora indiferente aos ideais democráticos tributários dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade promulgadas pela Revolução Francesa, bem como contrário à necessidade de respeitar os elementos constitutivos do ser criança, tal como os concebemos hoje, Durkheim (1978), foi quem primeiro buscou tecer os fios da infância aos fios da escola com objetivos de "moralizar" e disciplinar a criança. Segundo Durkheim (1978,), a criança além de questionadora, passa de uma impressão para outra, de um sentimento para outro, de uma ocupação para outra, com a mais extraordinária rapidez. Seu humor não tem nada de fixo: a cólera nasce e aquieta-se com a mesma instantaneidade; as lágrimas sucedem-se ao riso, a simpatia ao ódio, ou inversamente, sem razão objetiva ou sob a influência da circunstância mais tênue.

Para controlar "os humores endoidecidos" das crianças, Durkheim (1978) propôs três elementos fundamentais para desenvolver a educação moral das novas gerações, que deverão

ser capazes de adequar-se às regras do jogo social, político e econômico. Portanto, educar a criança passa a significar moralizá-la no sentido de inscrever na subjetividade desta os três elementos da moralidade. Explica o referido autor que educar é inscrever na subjetividade da criança os três elementos da moralidade: o espírito de disciplina (graças ao qual a criança adquire o gosto da vida regular, repetitiva, e o gosto da obediência à autoridade); o espírito de abnegação (adquirindo o gosto de sacrificar-se aos ideais coletivos) e a autonomia da vontade (sinônimo de submissão esclarecida) (Durkheim, 1978).

### 3 O CONCEITO DE INFÂNCIA CONTEMPORÂNEO

Apenas com a institucionalização da escola é que o conceito de infância começa lentamente a ser alterado, através da escolarização das crianças. Podemos então, a partir do desenvolvimento de uma pedagogia para as crianças, falar em uma construção social da infância (Corsaro, 2003).

Em nosso tempo, as gerações vivem segmentadas em espaços exclusivos. Na sociedade contemporânea facilmente constatamos a separação das faixas de idade. Crianças, adolescentes, adultos jovens e adultos velhos ocupam áreas reservadas, como creches, escolas, oficinas, escritórios, asilos, locais de lazer, etc. A exceção se dá na família. Sem dúvida, é no contexto familiar que ocorrem mais freqüentemente os encontros entre as gerações, ao menos por proximidade física, já que em muitas prevalece o distanciamento afetivo. Por isso, a qualidade dessas relações tem sido alvo de muitas discussões entre especialistas. A eficácia da família como instância formadora de novos cidadãos tem sido muito criticada nos últimos anos. Principalmente as dificuldades da relação entre pais e filhos têm se caracterizado como o mais emblemático tipo de conflito de gerações (Adatto, 1998).

Para além das determinações naturais, as culturas humanas produziram e prosseguem produzindo significações para cada uma das etapas da existência do homem. Regras de conduta são institucionalizadas para as diferentes fases da vida e são expressas através do desempenho de papéis sociais. Podemos, pois, considerar que as gerações são socialmente construídas. A construção social da infância se concretiza pelo estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para ela. Podemos falar de uma invenção social da infância a partir do século XVIII, em que há uma fundação de um estatuto para essa faixa etária, assim como a invenção da adolescência no fim do século XIX (Corsaro, 2003).

As crianças atualmente escolarizadas logo cedo, como coloca Dolto (1993), e muitas, inclusive, desde os primeiros meses, passam todo o dia em creches ou em instituições

assemelhadas, porque pais e mães trabalham durante todo o período. Na falta destes ou por outros motivos, inúmeras vivem permanentemente internadas em estabelecimentos especializados. Embora nesses locais haja contato com adultos, esses são poucos e aí estão principalmente para delas cuidar, fato que estabelece uma convivência restrita e restritiva, porque é marcada por papéis bem definidos. Menos que amigos, esses adultos são cuidadores, são autoridade.

A passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada caracterizou-se por importantes alterações no grupamento familiar. Nas sociedades baseadas na agricultura, a estrutura das chamadas famílias extensas era compatível com a necessidade de mão-de-obra para a lavoura de subsistência. Nesse tipo de família contava-se com a convivência de até quatro gerações, desde o bisneto até o bisavô, além da presença de parentes laterais e outros agregados. Já a família típica da sociedade industrial é a família nuclear, composta de um casal e poucos filhos, quando existem. Mas tanto o contingente de casais separados quanto o de solteiros que vivem sozinhos também é considerado. A necessidade de ágeis deslocamentos de mão-de-obra à indústria e exigüidade de espaços nas grandes cidades tem determinado esse encolhimento do grupo familiar. Essas mudanças na estrutura da família têm contribuído para um maior distanciamento entre as gerações (Levin, 1997; Tucker, 1991).

Assim, a criança, já neste século, viu-se integrada em uma noção de desenvolvimento, a qual passou a mostrá-la como um ser cujo crescimento é um desdobrar-se numa sucessão de fases intelectuais e emocionais. A questão primordial, diante desta análise, relata o fato de que em nenhum destes momentos houve uma real preocupação em perceber e/ou estudar verdadeiramente as relações entre o ser corporal e sua espacialidade e temporalidade. Fato este, que esvaziou o sentido e o significado da infância, assim como afirma De Mause (1991).

Todo o dinamismo existente nas relações do sujeito no mundo foi, ao longo da história, deixado de lado. Ainda que Sartre (1997), a partir de seu pensamento “eu existo em meu corpo”, tenha dado a este a dimensão fundamental do homem, porque é justamente o corpo, quem confirma a sua existência, a corporalidade humana não foi devidamente valorizada. A preservação da família como algo privado, à parte da vida social é uma idéia tipicamente burguesa, com o próprio desenvolvimento de noções modernas, como por exemplo, o individualismo. A vida profissional e a vida familiar abafaram essa outra atividade, que outrora invadia toda a vida: a atividade das relações sociais.

Assim, na atualidade, a escola, embora por muito tempo ignore as diferenciações de idade, se concentra na disciplina, que tem uma origem religiosa e extremamente rígida. Esse

aspecto moral e de vigilância ainda é curiosamente responsável pelo direcionamento das escolas (bem exemplificadas pelos internatos e liceus do século XIX) à questão dos jovens e crianças. É preciso lembrar, contudo, que esse não é um fenômeno generalizado: enquanto alguns têm sua infância delimitada pelo ciclo escolar, outros ainda se “transformam” em adultos sem ter condições para isso (crianças de rua, trabalho infantil, etc).

Para muito além das questões escolares, especialistas em crianças e vida familiar perguntam se as mudanças no modo como os adultos contemporâneos trabalham, vivem e recebem informações não estariam transformando a infância em algo obsoleto, numa relíquia cultural antiquada. “As fronteiras entre a infância e a fase adulta estão cada vez mais tênues”, disse Adatto (1998, p. 5), diretor do Programa de Estudos da Criança na Universidade de Harvard:

Estamos obcecados por crianças, mas isto não significa que estejamos preservando a noção de infância. Estamos obcecados porque as barreiras entre a infância e a idade adulta estão sendo rompidas, e não sabemos ao certo aonde isto leva.

Infância é um conceito cultural tanto quanto biológico. Em seu livro, Ariès (1978) mostra que a arte medieval, até o século XII, não usou crianças como modelo. Na maior parte da história, crianças com mais de sete anos foram tratadas como pequenos adultos. Vestiam-se como eles, faziam os mesmos trabalhos e ingressavam na comunidade sexual dos adultos quando tinham idade inferior à dos garotos e garotas de hoje. Mesmo nos Estados Unidos, a idade exigida para o consentimento de relações sexuais ficava abaixo dos dez anos, até o fim do século XIX, conforme Feher (1992).

Ariès (1978) afirmou que a noção sobre um período de inocência infantil se firmou pela primeira vez com o Iluminismo do século XVIII. Ele provavelmente chegou ao apogeu, nos Estados Unidos, no início do século XX. Leis sobre o trabalho infantil, instrução obrigatória para todos e um sistema judicial para criminalidade juvenil definiram o modo como as crianças eram diferentes dos adultos e deviam ser tratadas de acordo com sua condição. Agora, grande parte disso parece estar desagregando-se. Diante da epidemia de *crack* dos anos 80 e dos horrores cometidos por crianças, como os tiroteios em escolas em Jonesboro (Arkansas), Pearl (Mississippi) e Paducah (Kentucky), Estados americanos desmontam os sistemas de Justiça para crianças e adolescentes num ritmo frenético (Adatto, 1998).

Recentemente, quando Hurst (1998), diretor do Centro Nacional de Justiça Juvenil, pesquisou a história dos programas de Justiça para a infância, deu o seguinte título ao seu relatório: *‘Tribunal Juvenil aos 100 Anos de Vida: O Fim do Otimismo’*. Hurst (1998) destacou que, no final de 1996, 49 aprovadas leis que autorizam a abertura de processo ou o julgamento de jovens de 14 anos como se fossem adultos. “Fizemos uma evidente mudança de rumo e procuramos agir como se, em matéria de criminalidade, a infância não existisse”, opinou.

Também Adatto (1998), estudando e examinando fotos de crianças americanas, afirma que houve marcante evolução. Até os anos 60, elas renderam homenagem à inocência infantil. Esta foi substituída por imagens de modelos infantis sempre mais jovens em anúncios de produtos de forte carga sexual. Em função da melhor nutrição e assistência médica, as crianças crescem mais rápido e entram em contato com as verdades do mundo em um ritmo mais acelerado. Antes, os pais podiam controlar o que as crianças deviam ver e conhecer.

Agora, com a televisão e as crianças do segundo ano usando a Internet, isso é quase impossível. Coontz (1997), afirma que, durante grande parte da história, as crianças não foram excluídas dos conhecimentos e da participação no mundo dos adultos. Depois, foram excluídas de ambos. “Agora, tentamos excluí-las da participação, mas não conseguimos excluí-las dos conhecimentos, situação muito mais anormal”. E, à medida que mais mulheres trocam o lar pelo trabalho, a guardiã da separação entre a idade adulta e a infância tem cada vez menos condições de cumprir seu papel.

Já Postman (1999) argumenta que, perdendo a infância, a sociedade corre um risco. Muitos psicólogos acham que a noção de moralidade depende da miscelânea de atividades da infância. Mas, se não existe opinião unânime sobre o que a infância deve ser, todos concordam com que mudanças importantes estão acontecendo. “Não conseguimos recolocar o gênio na garrafa ou recriar a infância como ela foi; o que podemos fazer é identificar as mudanças, explorar suas melhores facetas e controlar as piores”, disse Fass (1998), professora da Universidade da Califórnia, que organizou uma antologia sobre a infância nos Estados Unidos.

#### **4 POR UMA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: A GUIA DE CONCLUSÕES**

Os estudos sobre a infância, na atualidade, vêm se organizando em uma perspectiva de estudo, designada ‘Sociologia da infância’. A Sociologia da infância, embora muito recente em termos de produção e de constituição enquanto área de estudos e pesquisas iniciou-se na

França e na Inglaterra, através dos estudos de Sirota (2001) e Montandon (2001), respectivamente.

Independentemente da corrente, Mauss (1996) afirma que a constituição de uma sociologia da infância deveu-se, principalmente, à oposição a concepção de infância enquanto simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições e por adultos. Esse movimento é geral da sociologia, seja ela de língua francesa ou inglesa, que se volta para o ator e para os processos de socialização; é a redescoberta de uma sociologia interacionista. A visão da infância como uma construção social foi iniciada pelo trabalho de Ariés, a partir do qual um grande número de trabalhos começou a surgir.

Na década de 80, para Sirota (2001), o que havia de mais urgente era a própria consolidação da sociologia da infância, debate que ela mesma iniciou naquela década, focalizando a produção em língua francesa. A infância, enquanto objeto de pesquisa, resultou da constatação de carências e fragmentação do objeto. Já em relação à concepção de infância, a autora coloca que tanto na sociologia geral quanto na sociologia da educação, o que se teve foi uma concepção durkheimiana de infância, considerando a criança um receptáculo da vida adulta, um vir a ser.

A referida autora considera ainda a necessidade de um afastamento da concepção de infância durkheimiana, pois, “trata-se de romper a cegueira das ciências sociais para acabar com o paradoxo da ausência das crianças na análise científica da dinâmica social com relação a seu ressurgimento nas práticas e no imaginário social” (Sirota, 2001, p. 11). Opondo-se a essa concepção de infância, considerada como simples objeto passivo da socialização adulta propõe a configuração de uma sociologia da infância. Nas palavras de Demartini (2001), “o desafio de levar a sério a criança, rompendo com a sociologia clássica” (p. 3).

A outra grande corrente fundadora dos estudos da sociologia da infância tem como grande representante Montandon (2001), que propõe a emergência da uma sociologia da infância, porém, a partir da investigação do ‘ofício de criança’. “Parte da perspectiva da infância como uma construção social específica, com uma cultura própria e que, portanto, merece ser considerada nos seus traços específicos” (Demartini, 2001, p. 3). Montandon (2001) apresenta, em seus estudos, uma ruptura com as abordagens clássicas da socialização infantil e adota a concepção das crianças como atores.

A referida autora deteve-se com afinco, em sua obra, na verificação das instituições (escolas e instituições sociais em geral) e seu papel social, buscando conhecer a influência das mesmas sobre as crianças. Parte da premissa de que é preciso uma tomada de consciência pelo interesse por uma sociologia da infância, através de pesquisas que dêem voz às crianças.

Assim, num primeiro momento, a sociologia da infância se mostra caracterizada por seu paralelismo, entre a esfera de língua francesa e a de língua inglesa. “Sociologia da educação e sociologia da infância aparecem, na esfera de língua inglesa, como se constituídas de maneira autônoma, ao contrário da sociologia da educação de língua francesa, de onde, sobretudo, saíram os sociólogos que trabalham sobre a infância” (Sirota, 2001, p. 14).

A partir da década de 90, os estudos sobre as crianças, segundo Pinto & Sarmiento (1997), passam a considerar o fenômeno social da infância, ultrapassando os métodos reducionistas. Destas novas pesquisas, surgem diferentes infâncias, “porque não existe uma única, e sim, em mesmos espaços têm-se diferentes infâncias, resultado de realidades que estão em confronto” (Demartini, 2001, p. 4).

O cuidado atual em estudos sobre a infância recai no evitar os reducionismos de qualquer ordem. Assim como nos aponta Prout (2004), é preciso que a sociologia da infância não caia na idéia de que a infância é uma construção unicamente social para abandonar o reducionismo biológico e, dessa forma, substituí-lo pelo reducionismo sociológico. A criança deve ser vista como um ser completo, biopsicossocial. Assim, é preciso intensificar a interdisciplinaridade dos estudos da infância, o que inclui segundo Delgado & Müller (2005), “a psicologia crítica, na procura de um diálogo que explora pontos em comum e diferenças, bem como um envolvimento com as ciências médicas e biológicas” (p. 352).

Na atualidade alguns teóricos começam a questionar a idéia e a construção de Ariès (1991) de colocar o século XVII como o marco para o nascimento da infância. SARAT (2005) nos coloca que a infância sempre existiu, que inclusive em algumas sociedades primitivas as definições de infância já haviam iniciado os processos de separação de atividades de adultos e crianças.

A infância, como uma fase da vida humana, tem sido discutida sob vários enfoques. Muito além de ser apenas um período definido biologicamente como parte do início da vida, a infância é uma construção cultural, social e histórica, definida em cada período por diferentes representações. Nesse sentido, podemos apontar que, desde Platão, que via na infância um período de ausência de racionalidade e considerava a criança “de todos os animais o mais intratável, na medida em que seu pensamento, ao mesmo tempo cheio de potencialidades e sem nenhuma orientação reta ainda, o tornava o mais ardiloso, o mais hábil e o mais atrevido de todos os bichos” (PLATÃO apud GAGNEBIN, 1997, p.85), passando por Santo Agostinho, que via a infância como um “mal necessário”, até chegarmos aos períodos em que ela passa a fazer parte das preocupações da sociedade adulta, temos um longo caminho. SARAT (2007 p.02 )

A mesma autora continua fazendo sua crítica a Ariès (1981) afirmando:

[...] a história sinaliza que a percepção das crianças como pessoas diferentes dos adultos e o surgimento da infância como categoria social datam do século XVII, remetendo-nos à pesquisa de Phillippe Ariès, considerada um marco da história da criança. As investigações desse historiador concentram-se na tese de que o surgimento da infância seria fruto da modernidade. Ainda que Ariès tenha sido um dos mais lidos e tenha lançado bases para esta discussão, atualmente outras pesquisas discordam de sua premissa, localizando a infância e a preocupação com a criança como um conceito que se forma em períodos anteriores ao moderno. Tais pesquisas apontam que desde a antiguidade havia uma preocupação com as crianças que extrapola o ato de cuidado, e que elas passam a figurar no cenário das famílias, sendo as mesmas extensas ou não, e na vida cotidiana dos adultos em diversos relacionamentos. Pesquisadores como Gélis (1991), Heywood (2004), Riché & Bidon (1994) e D’haucourt (1994) investigam a história do homem medieval e apontam que a idéia de infância esteve presente em períodos anteriores, sendo registrada em indícios de escavações arqueológicas, quando foram encontrados materiais, resquícios de brinquedos, objetos, miniaturas de bonecas, a indicar a presença da criança e um espaço próprio dela no seu meio social. Além disso, registram-se fontes documentais, como retratos e pinturas, que revelam a presença da infância e a importância dada a ela pelas pessoas antes do século XVII. SARAT (2005 p.02 )

Possivelmente percebendo esses apontamentos o próprio Áries na segunda edição brasileira de **História Social da Criança e da Família** de 1981, deixa transparecer que se pudesse reescrever sua obra não enfocaria mais tanto o *marco zero* do surgimento da mesma. “Se tivesse de escrever este livro hoje, eu me precaveria melhor contra a tentação da origem absoluta, do ponto zero, mas as grandes linhas continuariam as mesmas. Levaria em conta apenas os dados novos, e insistiria mais na Idade Média e em seu outono tão rico” (Áries, 1981, p.17)

Para além da perspectiva do nascimento da infância no século XVII, ou não, o que objetivamos com o estudo de múltiplos autores que trabalham com as noções da infância ( Áries, 1981; Rousseau 1979; Sarat 2005; Vanti 2004; Sarmiento 2006 ) é demonstrarmos que existem e existiram diferentes processos e construções e tratamento ao longo da História, e que parecem apontar para uma nova perspectiva contemporânea de infância. Esta perspectiva não podemos deixar de explicitar que pode estar sendo impulsionada por inúmeros fatores e circunstâncias, e dentre eles destacamos a sociedade capitalista, o mercado de trabalho cada vez mais exigente, a mão de obra infantil, a excessiva competição que se inicia ainda na infância com agendas, estudos e jornadas de adultos, tal qual retratado no filme A invenção da Infância.

As tendências atuais de pesquisa, como contribuição à emergência de uma sociologia da infância, trazem uma tentativa de desescolarização dessa sociologia, para abordar o

conjunto dos processos de socialização, na perspectiva de Sirota (2001). Trata-se da tentativa de articulação das diferentes instâncias de socialização da infância, abordando as práticas do dia-a-dia das crianças, “sejam elas originadas da observação das práticas da vida cotidiana ou das representações sociais e do imaginário” (Sirota, 2001, p. 22).

Dessa perspectiva interdisciplinar, um dos elementos comuns de estudo pode ser o imaginário social. Sobre esta questão Sarmento (2002), afirma que o imaginário social constitui uma das formas específicas de relação das crianças com o mundo e, embora as pesquisas nesse campo tenham sido dominadas pela psicologia até então, é possível que estudos interdisciplinares venham a investigar a construção imaginária na infância, diante dos mais variados contextos de vida.

O imaginário social é inerente ao processo de formação e desenvolvimento da personalidade e racionalidade de cada criança concreta, mas isso acontece no contexto social e cultural que fornece as condições e as possibilidades desse processo. As condições sociais e culturais são heterogêneas, mas incidem perante uma condição infantil comum: a de uma geração desprovida de condições autônomas de sobrevivência e de crescimento e que está sob o controle da geração adulta. A condição comum da infância tem a sua dimensão simbólica nas culturas da infância (Sarmento, 2002, p. 3).

Assim, ver e ouvir a criança são fundamentais em qualquer estudo que realmente deseja estudar a infância. Esse olhar e esse ouvir ficam ainda mais pertinentes quando leva em consideração o princípio de toda e qualquer infância: o princípio de transposição imaginária do real, comum a todas as gerações, constituindo-se em capacidade estritamente humana. É preciso levar em consideração uma concepção modificada da mente infantil, “uma mente criando sentido, buscando sentido, preservando sentido e usando sentido; numa palavra – construtora do mundo” (Geertz, 2001, p. 186).

## REFERÊNCIAS

A Invenção da Infância. Direção: **Liliana Sulzbach**. Porto Alegre – RS. M. Schmiedt Produções. 2000. 26 min. Son, Color, Formato: 16 mm.

ADATTO, Kiku. Conceito de infância passa por transformação. In: **O Estado de São Paulo**. Matéria de Peter Applebome. Em 25/Maio/1998.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 1973.

COONTZ, Stephanie. **The way we really are: Coming to terms with america's changing families.** Nova York, Basic Books: 1997.

CORSARO, W. **We're friends, right?: inside kid's cultures.** Washington, DC: Joseph Henry, 2003.

DELGADO, Ana C. & MÜLLER, Fernanda. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. **Educ. Soc.**, Campinas, Vol. 26, n 91, Maio/Ago. 2005.

DEMARTINI, P. **Contribuições da sociologia da infância: focando o olhar.** Texto apresentado no Seminário Especial de Sociologia da Infância, UFSC, Florianópolis, 2001.

DE MAUSE, Lloyd. **História de la infância.** Madri, Alianza Universid: 1991.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas.** Martins Fontes, 2ªed., São Paulo: 2005.

DOLTO, Françoise. **La causa de los niños.** Buenos Aires, Paidós: 1993.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FASS, Paula. Conceito de infância passa por transformação. In: **O Estado de São Paulo.** Matéria de Peter Applebome. Em 25/Maio/1998.

FEHER, Michel. **Fragments para uma história del cuerpo humano.** Tomo III. Barcelona, Taurus: 1992.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor: 2001.

HURST, Hunter. **Family court in the United States.** New Jersey, Basic Books: 1998.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena – Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor.** Petrópolis, Rio de janeiro: Vozes, 1997.

MAUSS, M. **Trois observations sur la sociologie de l'enfance.** *Gradhiva*, 20, 1996.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 112, Mar/2001.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder: A confrontação da pedagogia moderna.** Tese de doutorado em educação. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

PINTO, M. & SARMENTO, M. J. (Org.). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando campos. In: **As crianças: contexto e identidades.** Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Tradução Suzana Menescal. Graphia Editorial, São Paulo: 1999.

PROUT, A. **Reconsiderar a nova sociologia da infância.** Braga: Universidade do Minho; Instituto de Estudos da Criança, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jcques. **Emilio ou da educação**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_, **Emílio ou da Educação**. São Paulo: DIFEL, 1979. p.569.

SARMENTO, Manuel J. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”, Projeto POCTI/CED/2002.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis, Vozes: 1997.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 112, Mar/2001.

TUCKER, M. J. El nino como principio y fin. IN: DE MAUSE, Lloyd. **História de la infância**. Madri, Alianza Universid: 1991.

Recebido: Maio/2007  
Aprovado: Junho/2008